

# País pretende reescalonar ESTADO DE SÃO PAULO *vida Ext* 45 bilhões com os bancos

## BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

O Brasil pretende reescalonar US\$ 45,3 bilhões pelo prazo de 16 anos junto aos bancos credores, sendo US\$ 31,7 bilhões referentes à dívida do setor público e US\$ 13,6 bilhões de responsabilidade do setor privado. Também interessa ao Brasil reescalonar a dívida de curto prazo, no montante de US\$ 11,5 bilhões, e transferir gradativamente a linha de crédito interbancário para a dívida fundada, de prazo mais alongado.

O ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, pretende renegociar paralelamente com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e os bancos credores. Enquanto negocia o novo acordo com o FMI, o Brasil vai tentar superar com os bancos alguns pontos pendentes, já que o acordo deixado pelo governo anterior é considerado razoável. Uma das principais questões a ser negociada com os bancos será a supervisão intensificada pelo FMI, transformado em efetivo fiscal dos bancos credores.

A cláusula de supervisão intensificada já foi aceita pelo México, Venezuela, Equador e Colômbia, nos acordos de renegociação plurianual. Para o Brasil, porém, não interessa esse monitoramento intensivo, e sobretudo a cláusula que estabelece que os bancos podem suspender o acordo, declarando o país inadimplente, baseado nas análises do Fundo Monetário.

Também ainda deve ser negociado com os bancos o reempréstimo

dos recursos depositados por bancos estrangeiros no Banco Central, referente às fases da renegociação anterior. Os bancos credores acabaram não emprestando esse dinheiro às empresas brasileiras. Agora, o Brasil quer estabelecer um mecanismo que compatibilize a aplicação desses recursos com a política monetária apertada, para baixar a inflação.

Em nenhum momento, no contato com William Rhodes, diretor do comitê assessor de bancos credores, o ministro da Fazenda mencionou a necessidade de dinheiro novo, segundo um seu assessor. No entanto, a expectativa do Brasil é de que alguns bancos venham inclusive a oferecer empréstimos voluntários ao País, já tendo recebido sinais positivos nesse sentido. Nos seus contatos nos Estados Unidos, o ministro Dornelles também pediu ao Banco Mundial e ao Banco Interamericano de Desenvolvimento a agilização na liberação dos recursos. O Brasil receberá este ano US\$ 1,4 bilhão do Banco Mundial, mas pretende receber muito mais.

Pelo acordo anterior com os bancos, deixado por Delfim, Galvêas e Pastore, o **spread** (taxa de risco) na renegociação é de 1 1/4 para a dívida do setor privado e 1 1/8 para a dívida do setor público. O Brasil quer obter melhores condições, embora os bancos não se mostrem dispostos a isso, alegando que o ajustamento mexicano, por exemplo, tem sido até mais rápido, razão pela qual o **spread** foi menor.